

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA) NA ESCOLA REGULAR: UMA ANÁLISE REALIZADA NO MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN

Autora: Joseane Alves Vasconcelos; Co-autora: Francieleide Batista de Almeida Vieira

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: joseane_alves_90@yahoo.com.br. Universidade
Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: leidaalmeid@hotmail.com*

RESUMO

O presente estudo faz o relato de uma pesquisa desenvolvida em duas escolas regulares, sendo uma pública e uma privada, cujo objetivo geral foi analisar como escolas da rede pública e privada de Caicó/RN desenvolvem seu trabalho educativo com vistas à inclusão de alunos com TEA. Quanto aos objetivos específicos, foram assim definidos: Compreender, por meio de um estudo bibliográfico, algumas características da pessoa com TEA e seu processo de inclusão na escola regular; Analisar de que modo as escolas atendem a esses educandos; Identificar quais as principais dificuldades para a inclusão desses alunos nas escolas investigadas. Teve como opção metodológica a pesquisa descritiva e exploratória, inserida na abordagem qualitativa. Os instrumentos utilizados foram: observações e questionários aplicados com os psicopedagogos que acompanham os alunos na Sala de Recursos Multifuncionais, em ambas as escolas. Utilizamos como embasamento teórico, Silva, Gaiato e Reveles (2012); Schmidt (2013); Orrú, (2012), entre outros. Os resultados apontaram que o processo de inclusão de crianças com TEA só ocorre no nível da aceitação da matrícula, mas na prática cotidiana das instituições não há um trabalho que garanta a aprendizagem e o desenvolvimento desses educandos. Quanto às dificuldades encontradas, foram: a falta de estrutura e de apoio dos pais, falta de adaptações por parte dos professores e de estrutura nas escolas. Assim, percebe-se que o processo de inclusão nas escolas pública e privada deixa muito a desejar, pois ambas não estão aptas a receber crianças com TEA, necessitando de investimentos e de formação para todos os envolvidos.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Transtorno do Espectro do Autismo. Escola Regular.

1 INTRODUÇÃO

A partir de estudos desenvolvidos na disciplina de Pesquisa Educacional, ofertada no Curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN/Campus Caicó, surgiu a oportunidade de visitar escolas que atendem a alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a fim de identificar alguma problemática para análise, embasada nas discussões realizadas por meio dos componentes do referido curso. Foram identificados os seguintes

problemas: dificuldades de aprendizagem em Matemática, em escrita e em leitura; utilização de metodologias caracterizadas pela abordagem do ensino tradicional; falta de valorização da área de artes, embora seja tão pertinente e desperte interesse dos alunos; e a não inclusão de duas crianças com Transtornos do Espectro do Autismo – TEA, bem como a dificuldade para alfabetizar esses alunos. Dentre esses, optamos por realizar um estudo acerca da temática: inclusão de crianças com TEA.

Tal escolha se justifica porque é crescente, na atualidade, a presença de alunos com TEA nas escolas regulares, sendo que, na maioria dos casos, a matrícula desses educandos não garante sua efetiva inclusão porque as escolas e os professores se sentem despreparados para desenvolver uma prática pedagógica que lhes proporcionem condições efetivas de aprendizagem e de desenvolvimento. Essa realidade demanda que os pais, responsáveis, educadores e, também, profissionais de outras áreas procurem mais informações com vistas ao alcance de um trabalho verdadeiramente inclusivo, oportunizando a sua interação, desenvolvimento da linguagem, formas de aprendizagem e atendimento às necessidades específicas por eles apresentadas.

A criança com TEA apresenta um comprometimento em seu desenvolvimento, tendo como uma das suas características mais evidentes o isolamento em relação às outras pessoas. Assim, ao chegar à escola, se depara com um mundo bem diferente do seu, ficando alheio a tudo que o cerca, tendo dificuldades de comunicar-se, socializar-se, comportar-se, o que é bastante desafiador para a escola. Partindo dessa problemática, a pesquisa por nós realizada foi norteada pela seguinte questão: Como ocorre o processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo em escolas da rede pública e em escolas da rede privada de ensino?

Diante disso, teve como objetivo geral analisar como as escolas da rede pública e da rede privada de Caicó/RN desenvolvem seu trabalho educativo com vistas à inclusão de alunos com TEA. Quanto aos objetivos específicos, foram assim definidos: Compreender, por meio de um estudo bibliográfico, algumas características da pessoa com TEA e seu processo de inclusão na escola regular; Analisar de que modo as escolas atendem a esses educandos; Identificar quais as principais dificuldades para a inclusão desses alunos nas escolas investigadas.

Consideramos que o tema é relevante por se tratar de um campo ainda pouco conhecido em todos os âmbitos da sociedade, mas que vem ganhando destaque nas pesquisas desenvolvidas na área da Educação (COSTA, 2017;

DE MELO, 2016; CUNHA, ZINO, MARTIM, 2015). Assim, os conhecimentos produzidos poderão contribuir para redimensionar as práticas educativas no sentido de uma melhor compreensão sobre o TEA, bem como para a elaboração de estratégias inovadoras que promovam a inclusão de pessoas com essa condição na escola regular.

2 CONHECENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO – TEA

O TEA é caracterizado como um Transtorno Global do Desenvolvimento. Para a Associação Psiquiátrica Americana (2002) o TEA é uma condição que afeta as principais áreas do desenvolvimento, quais sejam, a interação social e a linguagem, além da ocorrência de comportamentos repetitivos e estereotipados. Já a Associação Brasileira de Autismo¹ (ABRA) define o autismo como:

Um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação (ABRA, [S/D]).

Diante disso, entende-se que o TEA é um transtorno que apresenta características perceptíveis logo nos primeiros anos de vida da criança, alterando o seu desenvolvimento, dentre elas, as que mais se destacam: a interação social, o comportamento e a comunicação. De acordo com Silva, Gaiato e Reveles (2012):

A principal área prejudicada, e a mais evidente, é a da habilidade social. A dificuldade de interpretar os sinais sociais e as intenções dos outros impede que as pessoas com autismo percebam corretamente algumas situações no ambiente e em que vivem. A segunda área comprometida é a da comunicação verbal e não verbal. A terceira é a das inadequações comportamentais. Crianças com autismo apresentam repertório de interesses e atividades restritos e repetitivos (como interessar-se somente por trens, carros, dinossauros etc.), têm dificuldade de lidar com o inesperado e demonstram pouca flexibilidade para mudar as rotinas (SILVA, GAIATO e REVELES, 2012, p. 9-10).

Quanto à interação social percebe-se a dificuldade que a criança com TEA tem para iniciá-la por iniciativa própria. Isso porque a criança concentra-se preponderantemente nos

¹ Na literatura especializada sobre essa temática encontram-se diferentes formas de se nominar esta característica humana, tais como autismo, transtornos globais do desenvolvimento, dentre outras. No presente trabalho, optamos por utilizar a expressão Transtornos do Espectro do Autismo – TEA por ser a mais utilizada na atualidade.

seus próprios interesses, de modo que não existe interesse a ser estabelecido nas relações externas. Quando outra criança a procura, às vezes, mostra-se indiferente, provocando falta de ligações afetivas com os pares. Nessa perspectiva, Orrú, (2012), explica que:

É por meio da linguagem que o indivíduo realiza sua interação social e cultural, avançando em seu desenvolvimento social e definindo sua própria identidade. Todavia, é na linguagem, e, portanto na comunicação, que se concentra uma das dificuldades para as pessoas com autismo, uma vez que poucas desenvolvem habilidades para a conversação, embora muitas desenvolvam habilidades verbais e grande parte consiga desenvolver somente habilidades não verbais de comunicação (ORRÚ, 2012, p. 185).

Em relação aos padrões de comportamentos existem os restritos e os repetitivos, que são comportamentos obsessivos, como também, sem sentido ou mesmo incompreensíveis. As estereotípias são comportamentos repetitivos sem nenhuma finalidade social. No entanto, as crianças com TEA apresentam formas variadas de comportamento, dentre as quais as estereotípias são repetidas ações, provenientes de movimentos. Tratando da comunicação das pessoas com TEA, Schmidt (2013), relata que:

As dificuldades na comunicação ocorrem em graus variados. Algumas crianças podem falar adequadamente (geralmente, as com Asperger), ao passo que outras não conseguem desenvolver habilidades de comunicação. Também pode ocorrer uma linguagem imatura caracterizada por jargão, ecolalia, reversões de pronomes, prosódia anormal, entonação monótona etc. As crianças que conversam podem ter muita dificuldade em iniciar e principalmente em manter uma conversação adequada, especialmente com pessoas estranhas (SCHIMIDT, 2013, p. 584).

Diante do exposto, faz-se importante destacar o quão é importante a oferta de uma atenção precoce, ou seja, quanto mais cedo iniciar a intervenção para com as crianças com TEA, maiores são as chances de alcançarem bons níveis de desenvolvimento, podendo chegar a ser um adulto praticamente sem características muito fortes e perceptíveis. Entretanto, uma questão bastante delicada é aceitação por parte dos pais e familiares, que, algumas vezes, não se conformam com a condição do filho e, por isso, não dispõem a atenção necessária e nem proporcionam o tratamento adequado para favorecer o seu desenvolvimento.

Acredita-se que, ao receberem intervenções precoces, as crianças com TEA poderão se desenvolver e ampliar seus horizontes, sendo incluídos na sociedade e, assim poderão viver de maneira autêntica, com menos preconceito e mais respeito em todo o seu convívio pessoal e social. É importante mencionar que o direito à

educação para todas as pessoas com deficiências ou com outras necessidades especiais, incluindo as que apresentam um quadro de TEA, estão asseguradas na legislação nacional.

Nessa perspectiva, o Decreto nº 6.094/2007 estabelece que estas pessoas devem fazer uso de espaços municipais, estaduais, e federais de educação. Entretanto, as leis vigentes não asseguram que os educadores consigam auxiliá-los no seu processo educativo (PAPIM E SANCHES, 2013). Contudo, é de suma importância que o docente saiba lidar com as habilidades, limitações e especificidades educacionais dos alunos com TEA para que possam compreender o seu comportamento em sala de aula, garantindo-lhes um bom desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem, pois cabe ao professor utilizar-se de “[...] técnicas adequadas às várias idades e potencialidades de seus educandos, o ensino, que no caso do autismo deve ser focado em cada necessidade” (PAPIM E SANCHES, 2013).

De acordo com Mantoan (2006) para uma escola ser inclusiva, de fato, é necessário que esta ofereça boas condições físicas, estruturais e educacionais voltadas especificamente para o ensino-aprendizagem de alunos com qualquer particularidade, dentre os quais aqueles que apresentam TEA, com vistas a atender e suprir as necessidades de tais alunos. Dessa forma, é de suma importância que tanto a escola (de um modo geral) como os professores se preparem para receber os alunos com TEA para incluí-los no ensino regular, promovendo, assim, a inclusão escolar.

3 ABORGADEM METODOLÓGICA

Esta pesquisa caracteriza-se como sendo um estudo descritivo e exploratório que utilizará uma abordagem qualitativa, para compreender a realidade em que está inserido um determinado ambiente, ou grupo de pessoas, sem priorizar as representações numéricas. Segundo Gerhardt e Silveira (2009):

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32).

Segundo Gil (2008, p. 28) as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por

organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos, etc.

Na primeira etapa da pesquisa, os procedimentos consistiram em uma seleção do material para fundamentação, como: artigos, monografias, revistas, sites da internet, entre outros. Este material foi utilizado para estudo bibliográfico para estudo e melhor compreensão da temática abordada.

Na segunda etapa foi realizada uma pesquisa de campo tendo como ambientes investigados duas escolas, sendo uma da rede pública e a outra da rede privada de ensino: Escola Municipal Walfredo Gurgel, localizada na Rua Hamilton Camboim, Nº 19, bairro Walfredo Gurgel e CUCA Colégio e Curso, localizada na Rua Generina Vale, Nº 695, Centro, ambas localizadas no município de Caicó/RN. Quanto aos instrumentos utilizados para a obtenção das informações, estes foram: observações sistemáticas nas referidas escolas, além de questionários aplicados com duas psicopedagogas que acompanham os estudantes com TEA na sala de Atendimento Educacional Especial – AEE, sendo uma em cada instituição.

Após a realização da pesquisa de campo, os dados foram analisados e organizados, tendo por base os objetivos definidos e as leituras realizadas, cujos resultados serão apresentados no tópico que se segue.

4 O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NA ESCOLA PÚBLICA E PRIVADA

Neste tópico será feita a apresentação e análise dos dados obtidos durante o desenvolvimento da pesquisa. As duas profissionais participantes possuem formação em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia, sendo uma atuante da rede pública e outra da rede privada. A psicopedagoga da escola pública atua na área da educação há sete anos, e desde então tem tido experiências de trabalhar com crianças portadoras do TEA. A entrevistada atuante na rede privada também possui formação em pedagogia com especialização em psicopedagogia e trabalha na área da educação há seis anos e já vivenciou outras experiências com crianças com TEA.

Na escola pública investigada estavam matriculadas duas crianças com TEA, sendo uma de grau leve e outra de grau elevado. Ao questionar a psicopedagoga se as crianças são alfabetizadas, ela nos deu a seguinte resposta:

A criança de grau leve está cursando o 4º ano do ensino

fundamental e encontra-se em processo de apropriação da leitura e escrita, já a outra não há condições de efetivar esse processo, devido ao grau elevado do transtorno (PSICOPEDAGOGA 1, 2017).

Na escola privada existem quatro crianças com TEA matriculadas, sendo duas destas de grau severo, uma de grau moderado e outra de grau leve. Sobre o processo de alfabetização destas, a psicopedagoga relatou:

Apenas uma das crianças é alfabetizada, está cursando o primeiro ano do ensino fundamental. É a criança de grau leve (PSICOPEDAGOGA 2, 2017).

Diante das falas das duas profissionais, percebe-se que as crianças que apresentam graus leves do TEA, encontram-se em um nível satisfatório no que concerne à alfabetização, sendo que a criança da rede pública ainda está em processo de aquisição da leitura e da escrita, sendo este aluno do 4º ano do ensino fundamental. Por conseguinte, a criança da rede privada, mesmo cursando o 1º ano já é alfabetizada, ou seja, desenvolveu-se de forma mais rápida e significativa. Porém, tal fato não implica, necessariamente, que o ensino da rede privada seja melhor que a rede pública, pois há diversos fatores que contribuem para a aprendizagem das crianças com TEA, inclusive o nível de desenvolvimento intelectual e as práticas pedagógicas das quais participam.

Em seguida, questionou-se às profissionais quais tipos de atividades são desenvolvidas com as crianças portadoras do TEA. Foram dadas as seguintes respostas:

Com a criança de grau leve buscamos trabalhar com atividades significativas para o aluno, atividades no computador, jogos, historinha e atividades em grupo, sempre respeitando suas limitações. Já com a criança de grau elevado são realizadas atividades de socialização e interação com os colegas, além de jogos que permita a interação com o ambiente (PSICOPEDAGOGA 1, 2017).

As atividades desenvolvidas são as mesmas da sala de aula. Apenas os alunos têm uma professora auxiliar para as atividades em sala que requer maior concentração e tempo (PSICOPEDAGOGA 2, 2017).

Diante do exposto, observa-se que as atividades desenvolvidas com as crianças com TEA, em ambas as escolas, não são diferenciadas das desenvolvidas no ensino regular, o que ocorre são atividades de apoio realizadas no contra turno, durante o atendimento na sala de AEE, pelas quais as psicopedagogas são responsáveis.

Dando continuidade, foi questionado sobre como é a relação das crianças com TEA em sala de aula, com o professor regular e com os colegas. Em relação a isso, a psicopedagoga da rede pública fez as seguintes considerações:

Quanto à criança de grau leve, no início foi um pouco difícil devido o aluno interagir pouco com os colegas, mas está sendo tranquilo esse ano. O aluno já interage com harmonia com os colegas no intervalo e está criando seu vínculo de amizades. Com o docente o aluno demonstra suas necessidades e insatisfações. Já a criança de grau elevado, esta tem pouco contato com docente e colegas de classe, sempre fica acompanhado de um profissional auxiliar, fora da sala de aula (PSICOPEDAGOGA 1, 2017).

A psicopedagoga da rede privada declarou que essas crianças tem uma boa relação com as professoras, com as auxiliares e, também com os colegas. Em relação à interação entre das crianças com TEA e os professores das classes regulares, bem como com os demais colegas, pode-se inferir que as crianças de grau leve tendem a se relacionar com mais facilidade do que as crianças de grau moderado e severo, o que é analisado como uma das principais e mais fortes características desse transtorno, conforme abordado anteriormente,

Também foi questionado se o professor regular faz adaptações nas atividades para facilitar o processo de aprendizagem das crianças com TEA, sobre o que elas responderam:

A falta de tempo dos docentes vem prejudicando as adaptações dos conteúdos, mas esse trabalho tem a colaboração da professora da Sala de Recurso Multifuncional que ajuda nessas adaptações (PSICOPEDAGOGA 1, 2017).

Como apenas uma das crianças está no primeiro ano, as atividades inclusive os simulados já são com imagens que as crianças mesmo ditas “normais” conseguem compreender o que se pede, pois estão no processo de alfabetização e a criança com TEA caso hesite em concluir os simulados e ou atividades é avaliado de maneira que cada questão respondida tenha o valor equivalente a somatória da quantidade de questões respondidas, mas os simulados não são extensos e com bastante imagens facilita o entendimento das crianças. As demais estão no Nível IV e V. Essas são utilizadas atividades com conteúdos da sala de aula, mas adaptadas para melhorar a compreensão (PSICOPEDAGOGA 2, 2017).

Sobre o processo de inclusão, foi questionado para ambas as psicopedagogas se, em sua compreensão, a escola promove a inclusão de crianças com TEA. As respostas obtidas pelas mesmas foram as seguintes:

A proposta é de incluir a todos os alunos. Nos preocupamos com esses alunos portadores do TEA porque nem sempre eles estão

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

dispostos a participar das brincadeiras e atividades de socialização, respeitando a vontade dos alunos. Mas esses alunos nos surpreendem a todo instante e essa inclusão acontece de forma natural (PSICOPEDAGOGA 1, 2017).

A escola trabalha com uma equipe de multiprofissionais que são: Psicólogo, Psicopedagogo Institucional, Psicopedagogo Clínico e Professora de AEE. No início do ano letivo há um encontro com os professores que vão receber os alunos do ano subsequente e, assim, já é orientado como trabalhar. Após o recesso das férias, em Julho, há outra reunião com professores e a equipe de profissionais aonde os professores repassam caso a caso as suas dificuldades e avanços. Quando ocorre algum problema extra este período a equipe é solicitada e todos junto a supervisão e direção pensamos a tomada de decisão (PSICOPEDAGOGA 2, 2017).

Conforme podemos observar nas falas acima, as participantes relatam que a proposta é incluir todos os alunos. Ressaltam a presença de profissionais e de atividades pontuais que podem contribuir para o processo de inclusão. Contudo, de acordo com Mantoan (2006), conforme já abordado anteriormente, para que uma escola seja inclusiva torna-se fundamental a organização de um trabalho sistemático que garanta o ensino e a aprendizagem de todos os alunos.

Nesse sentido, percebe-se que os professores da escola regular não desenvolvem um trabalho planejado para garantir uma atenção especial às crianças com TEA. Conforme a análise por nós realizada, o trabalho específico direcionado a esse público acontece apenas em momentos pontuais, o que não é suficiente para que eles logrem êxito em sua escolarização. Durante as observações também identificamos que, geralmente, os professores regulares não fazem adaptações nas atividades pedagógicas e nem buscam recursos didáticos que possam contribuir para a aprendizagem destas crianças, e na maioria das vezes, jogam toda a responsabilidade para os auxiliares e psicopedagogas responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Na sequência, ainda questionou-se sobre as principais dificuldades enfrentadas pela escola para promover a inclusão de alunos com TEA. Concernente a essa questão as profissionais responderam:

A falta de estrutura da escola que dificulta desenvolver um melhor trabalho. Não temos espaços e parques que possa oferecer para esses alunos. Falta de interesse de alguns professores e pais para promover a inclusão de todos (PSICOPEDAGOGA 1, 2017).

Atualmente é que os pais se comprometam com as terapias necessárias para o desenvolvimento da criança, pois em sua maioria só

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

participam da escola e do AEE sendo necessário fonoaudiólogo, psicólogo clínico, etc. (PSICOPEDAGOGA 2, 2017).

Por fim, foi questionado o que elas acreditam que poderia ser feito para suprir tais dificuldades. As respostas obtidas por ambas profissionais participantes desta pesquisa podem ser observadas abaixo:

O que podemos fazer é dialogar com todos que fazem a comunidade escolar e traçar estratégias de como essa inclusão será possível diante dessas dificuldades. Registrar o que há de mais complicado e propor metas junto com todos que fazem o corpo da escola e buscar meios com a sociedade para colaborar nessa inclusão para todos (PSICOPEDAGOGA 1, 2017).

Fazemos uma triagem dessas crianças e orientamos os pais chamamos a clínica se a criança não se comunica através da fala trabalhamos a comunicação alternativa fazemos as imagens com a foto da criança para que em casa, na escola e na clínica possamos trabalhar em conjunto algumas regras, a ida ao banheiro, etc. Melhorando as crises ou em outros casos de TEA as birras. Surte efeito rápido tanto na sala de aula como na clínica, mas tem casos que a família não procura acompanhamento e não conseguimos nem mesmo fazer atendimento AEE com a criança pois a mesma se joga ao chão quebra espelho, etc. (PSICOPEDAGOGA 2, 2017).

Diante do exposto, percebe-se que há uma grande fragilidade quanto ao processo de aprendizagem das crianças com TEA. Embora a escola venha aceitando a matrícula desses alunos ainda não tem se estruturado para desenvolver um trabalho que realmente atenda às suas necessidades. Outro fator negativo nesse processo diz respeito à falta de apoio da família, principalmente pelo fato de que, em sua grande maioria, os pais ainda apresentam resistência em realizar o tratamento dos seus filhos, o que pode prejudicá-los em seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, considera-se que nossos objetivos foram alcançados de forma satisfatória, pois a partir das leituras feitas e da pesquisa de campo, tanto na escola pública como na escola privada, percebeu-se o processo de inclusão de crianças com TEA ainda não ocorre de forma efetiva. Concluimos que este deve ser um trabalho conjunto entre a escola e a família, no entanto, alguns pais não estão totalmente abertos a cooperar com as intervenções que seus filhos necessitam, o que dificulta o desenvolvimento dessas crianças e, conseqüentemente, a sua aprendizagem.

Quanto às principais dificuldades encontradas nas escolas, foi evidenciado que essas consistem na falta de estrutura e de apoio dos pais. Também enfocamos que os professores da sala regular não realizam adaptações suas aulas e nem buscam materiais e recursos didáticos que possam contribuir e facilitar a aprendizagem dos alunos. Assim, percebe-se claramente que o processo de inclusão nas escolas pública e privada deixa muito a desejar, pois ambas não estão ainda aptas a receber crianças com TEA. Porém, isso ocorre por diversos motivos, tais como falta de apoio financeiro, de materiais didáticos, de formação específica por parte dos professores, de estrutura física, entre outros aspectos. Embora recebam as crianças isso não é suficiente para garantir a sua inclusão e, por isso, é urgente que se preparem para a efetivação desse processo.

Dessa forma, entendemos que a realização de uma pesquisa referente ao processo de inclusão de crianças com TEA tem grande relevância para o âmbito acadêmico, profissional e social, tendo em vista que esse é um tema desconhecido na área da educação e em outros âmbitos sociais. Portanto, as pesquisas nessa área, certamente, trarão contribuições para melhorar o ensino desenvolvido para esses educandos, trazendo melhoria de aprendizagem e desenvolvimento para eles.

REFERÊNCIAS

ABRA. **Associação Brasileira de Autismo**. Disponível em: <http://www.autismo.org.br/>. Acesso em 27/10/2017.

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 11. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. (Série legislação, n. 159).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10/12/2017.

BRASIL. **Decreto Nº 6.094, de 24 de Abril de 2007**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 10/12/2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 10/12/2017.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: EDUC, 1993.

COSTA, Fihama Brenda Lucena da. **O processo de inclusão do aluno autista na escola regular: análise sobre as práticas pedagógicas.** 2017. Monografia (Graduação em Pedagogia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Caicó-RN, 2017.

CUNHA, Izabela Assaiante Moreira da; ZINO, Nataly Melo Alcantara; MARTIM, Rosana Cristina de Oliveira. **A inclusão de crianças com espectro autista: a percepção do professor.** 2015. Monografia (Curso de Psicologia), Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium (UNISALESIANO), Lins-SP, 2015.

DE MELO, Carla Caroline Silva. **Estratégias pedagógicas direcionadas ao aluno com autismo no ensino fundamental.** 2016. Monografia. (Graduação em Pedagogia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, 2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Editora: Summus Editorial, 2004. Artigos Eletrônicos. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=CuRc6kEAAAAJ&citation_for_view=CuRc6kEAAAAJ:2osOgNQ5qMEC. Acesso em: 10/12/2017.

ORRÚ, S. E. **Trajetórias, avanços e desafios na concepção e educação de educandos com autismo.** In: ORRÚ, Silva (org.) Estudantes com necessidades especiais: singulares e desafios na prática inclusiva. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

PAPIM, A. A. P.; SANCHES, K. G. **Autismo e inclusão: levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do atendimento educacional especializado em sua prática com crianças com autismo.** Lins-SP, 2013.

SCHMITIDT, C. (Org). **Autismo, educação e transdisciplinaridade.** 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B.; REVELES, L. T. **Mundo singular: entenda o autismo.** Rio de Janeiro: Fontanar Editora, 2012.